

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
G345	Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : planejando e edificando espaços 2 / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arquitetura e Urbanismo. Planejando e Edificando Espaços; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-72474-47-4 DOI 10.22533/at.ed.474191007 1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Projeto arquitetônico. I. Martins, Bianca Camargo. II. Série. CDD 711
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Um dos principais problemas estruturais do Brasil é a desigualdade social. O abismo existente entre as classes sociais é resultado de um sistema desigual que massacra e exclui a população de menor renda de modo contínuo desde o período colonial.

Hoje, quando olhamos para as cidades brasileiras, vemos claramente a materialização da desigualdade na paisagem urbana. Os efeitos nocivos da especulação imobiliária e a valorização do preço da terra se manifestam de diversas formas no urbano, seja na expansão desenfreada, nos vazios urbanos ou na multiplicação das ocupações. Os diferentes modos de habitar mostram que a segregação socioespacial está enraizada no cotidiano da população, desde os endereços mais privilegiados até aos assentamentos informais.

O foco da presente edição do livro “Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços” mostra a importância da discussão sobre o direito à boa arquitetura, o direito à moradia e, sobretudo, o direito à cidade.

Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, sejam elas particulares ou públicas, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estas importantes pesquisas.

Certamente os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico.

Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
POR UMA AGENDA PÚBLICA PERMANENTE NO CAMPO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic</i> <i>Simone Bandeira de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910071	
CAPÍTULO 2	15
PROJETO URBANO, RISCO E VULNERABILIDADE EM FAVELAS: COMO LIDAR COM UM TERRITÓRIO EM PERMANENTE TRANSFORMAÇÃO?	
<i>Pablo Cesar Benetti</i> <i>Solange Araujo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910072	
CAPÍTULO 3	31
REFLEXÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS: PUBLICAÇÃO DE RESULTADOS PARCIAIS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	
<i>Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe</i> <i>Lorena Gaspar Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910073	
CAPÍTULO 4	46
RECLAMAR OU AGRADECER: A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
<i>Josélia Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910074	
CAPÍTULO 5	60
URBANIZAÇÃO DE FAVELAS PAUTADA POR DIRETRIZES DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA- LIÇÕES APRENDIDAS COM A ABERTURA DA RUA 4 - ROCINHA, RIO DE JANEIRO	
<i>Daniela Engel Aduan Javoski</i> <i>Tatiana Terry</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910075	
CAPÍTULO 6	78
DA CONCEPÇÃO À ENTREGA DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTO PRECÁRIO: O CASO DO LOTEAMENTO MELISSA, CASCAVEL-PR	
<i>Karen Alessandra Solek Soares</i> <i>Fabíola de Souza Castelo Cordovil</i> <i>Marilda Thomé Paviani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910076	

CAPÍTULO 7	94
A QUESTÃO FAVELA EM ANGRA DO REIS: ANÁLISE DE UM JORNAL “SANGRENTO” EM UMA PESQUISA LONGITUDINAL	
<i>Rodrigo Torquato da Silva</i> <i>Danielle Tudes Pereira Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910077	
CAPÍTULO 8	110
BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA	
<i>Soraia Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910078	
CAPÍTULO 9	128
DISCURSOS COMUNITÁRIOS SOBRE A IDENTIDADE DO ASSENTAMENTO INFORMAL CÓRREGO DA BATALHA NA CIDADE DE JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE	
<i>Ronaldo Augusto Campos Pessoa</i> <i>Fabiano Rocha Diniz</i> <i>Sílvio Jacks dos Anjos Garnés</i> <i>Fernanda Maria Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4741910079	
CAPÍTULO 10	140
PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO	
<i>Karyne Cristine Maranhão de Matos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100710	
CAPÍTULO 11	154
SEGREGAÇÃO E PERIFERIA: A EXPRESSIVIDADE DA COMUNIDADE DO TIMBÓ EM JOÃO PESSOA-PB	
<i>Ana Luzia Lima Rodrigues Pita</i> <i>Jakeline Silva dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100711	
CAPÍTULO 12	169
AS OCUPAÇÕES NO CENTRO DE VITÓRIA, ES: MORADIA OU RUÍNA?	
<i>Clara Luiza Miranda</i> <i>Lutero Proscholdt Almeida</i> <i>Lucas Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100712	
CAPÍTULO 13	192
GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM FAVELAS E LOTEAMENTOS PRECÁRIOS	
<i>Raul de Almeida Miranda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100713	

CAPÍTULO 14	207
DESCONSTRUÇÕES NORMATIVAS: DO PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTITUIÇÃO DE DIREITOS À ATUAL CONJUNTURA DE RETROCESSOS. O CASO DA LEI FEDERAL 13.465/2017	
<i>Vívian Alves de Assis</i> <i>Gabriela Fauth</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100714	
CAPÍTULO 15	213
REGULARIZAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DESENVOLVIMENTO URBANO EQUILIBRADO	
<i>Aline Oliveira de Lucia Santos</i> <i>Érico da Silva Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100715	
CAPÍTULO 16	231
CONCEPÇÕES PARA TRATAR A RESILIÊNCIA URBANA A INUNDAÇÕES POR INTENSAS CHUVAS	
<i>Libys Martha Zúñiga Igarza</i> <i>Tamara Tania Cohen Egler</i> <i>Aldenilson dos Santos Vitorino Costa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100716	
CAPÍTULO 17	247
URBANIZAÇÃO EM ÁREAS DE INUNDAÇÕES NO MUNICÍPIO DOM PEDRITO	
<i>Wellerson Pessotto</i> <i>Alessandro Alves</i> <i>Joani Paulus Covaleski</i> <i>Luan da Silva Klebers</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100717	
CAPÍTULO 18	263
VERIFICAÇÃO DA VULNERABILIDADE GLOBAL FRENTE AOS PERIGOS DE DESLIZAMENTOS DE MASSAS NA COMUNIDADE PORTELINHA, MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS/RJ	
<i>Clayson Marlei Figueiredo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100718	
CAPÍTULO 19	277
O POTENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE LEITURA DA PAISAGEM E DE IMPACTOS AMBIENTAIS NA ORIENTAÇÃO DE PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO: O CASO DO RIO ITAPEMIRIM – ES	
<i>Tainah Virginia Cypriano Penna</i> <i>Eneida Maria Souza Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100719	

CAPÍTULO 20	289
DIMENSÕES HISTÓRICAS DO PROCESSO DE CONFORMAÇÃO DAS ÁREAS VERDES URBANAS EM JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS	
<i>Lucas Abranches Cruz</i>	
<i>Caio Freitas Cunha</i>	
<i>Rosilene de Oliveira Barra Lima</i>	
<i>Carla Salazar Machado Sobrinho</i>	
<i>Frederico Braida</i>	
<i>Antonio Colchete Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100720	
CAPÍTULO 21	306
AVALIAÇÃO DE TRÊS ÁREAS LIVRES DE CIRCULAÇÃO EM SANTA MARIA: CARACTERÍSTICAS DE MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS	
<i>Alice Rodrigues Lautert</i>	
<i>Zamara Ritter Balestrin</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Letícia de Castro Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100721	
CAPÍTULO 22	320
PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO DE DIRETRIZES AUXILIARES À INSERÇÃO DE PARQUES URBANOS: ANÁLISE DE DISPOSIÇÃO A CAMINHADA DO USUÁRIO	
<i>Joani Paulus Covaleski</i>	
<i>Fabiane Viera Romano</i>	
<i>Luis Guilherme Aita Pippi</i>	
<i>Wellerson Pessotto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100722	
CAPÍTULO 23	331
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E AMBIENTAL DE PAVIMENTOS EM CBUQ E INTERTRAVADO PARA LOTEAMENTOS RESIDENCIAIS	
<i>José Messias Ribeiro Júnior</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100723	
CAPÍTULO 24	341
APREENSÃO DO ESPAÇO URBANO DA PRAÇA DA MATRIZ DE PAU DOS FERROS A PARTIR DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO AMBIENTAL DE DEL RIO (1990)	
<i>Cícero de França Neto</i>	
<i>Hugo Leonardo Pontes Nunes</i>	
<i>Almir Mariano de Sousa Júnior</i>	
<i>Tamms Maria da Conceição Morais Campos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.47419100724	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	353

PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO - LUTA E RESISTÊNCIA COMO RESPOSTA AO URBANISMO AUTORITÁRIO

Karyne Cristine Maranhão de Matos

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB / UFRJ.
Rio de Janeiro – RJ.

RESUMO: A violação do direito à moradia em benefício dos setores hegemônicos da economia revela que a especulação imobiliária, aliada de muitas representações políticas, tem protagonizado os principais conflitos entre a implantação de grandes projetos urbanos e suas respectivas desapropriações e remoções. No caso da cidade do Rio de Janeiro, um dos principais embates se deu a partir da construção do Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, que foi palco principal das competições no decorrer dos Jogos Olímpicos Rio-2016, e as remoções na Vila Autódromo, vizinha ao empreendimento. O Rio de Janeiro passou por uma série de obras e reformas com a justificativa da preparação da cidade para os grandes eventos internacionais, contudo as intervenções são sempre favoráveis ao potencial imobiliário e turístico de uma localidade específica. Portanto, o processo de remoção da população de baixa renda da Vila Autódromo e, também, de outras favelas da cidade, que se consolidou ignorando a legislação vigente sobre a temática, feriu o direito constitucional à cidade e à moradia digna

e bem localizada.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanização; Remoção de Favelas; Vila Autódromo.

ABSTRACT: The violation of the right to housing for the benefit of the hegemonic sectors of the economy reveals that real estate speculation, allied with many political representations, has been the main conflicts between the implementation of large urban projects and their respective expropriations and removals. In the case of the city of Rio de Janeiro, one of the main events was the construction of the Olympic Park in Barra da Tijuca, which was the main stage of the competitions during the Rio 2016 Olympic Games, and the removals in the Vila Autodrómo, next to the development. Rio de Janeiro has undergone a series of works and reforms with the justification of preparing the city for major international events, but the interventions are always favorable to the real estate and tourism potential of a specific locality. Therefore, the process of removing the low-income population of Vila Autódromo and other favelas in the city, which was consolidated ignoring the current legislation on the subject, violated the constitutional right to the city and decent and well-located housing.

KEYWORDS: Urbanization; Removal of Slums; Vila Autódromo.

1 | VILA AUTÓDROMO: UM LEGADO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Apresentado como uma alternativa ao processo de remoção, o Plano Popular da Vila Autódromo, desde a sua primeira versão, desenvolvida em 2011 e apresentada à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em 2012, expõe a possibilidade de permanência da comunidade através da elaboração de projetos urbanísticos que envolvem a questão da habitação, do saneamento, infraestrutura e meio ambiente, dos serviços públicos e do desenvolvimento cultural e comunitário. Além disso, o Plano Popular apresenta, também, o histórico de luta da comunidade contra as remoções e os princípios e objetivos nos quais o plano foi estruturado.

Para o desenvolvimento do Plano Popular, que surge através da iniciativa dos moradores da Vila Autódromo, foi fundamental o apoio e a troca de experiências entre os habitantes e o meio acadêmico. A elaboração do mesmo contou com a assessoria do Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF). Conforme a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (2011):

O processo de elaboração do plano envolveu a realização de trabalhos e levantamentos de campo, oficinas de diagnóstico e propostas e assembleias com a participação dos moradores da Vila Autódromo. Uma versão preliminar foi apresentada para uma Assembleia Geral dos Moradores da Vila Autódromo, no dia 18 de dezembro de 2011, com inúmeras alternativas de soluções técnicas que foram debatidas pelos moradores. Na sequência, foram realizadas cinco assembleias cujo conteúdo resultou na presente proposta. (AMPVA, 2011: p.05)

Ressalte-se que, para a realização do Plano Popular, foi levado em consideração o projeto existente vencedor do concurso internacional para o Parque Olímpico, vizinho à Vila Autódromo. O Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Rio de Janeiro, entidade responsável pelo concurso, divulgou em agosto de 2011, em cerimônia pública, o resultado que consagrou a empresa AECOM, sendo o americano Bill Hanway como arquiteto responsável e em parceria com o brasileiro Daniel Gusmão.



Figura 1: *Master Plan* - Parque Olímpico - Rio 2016 (Fonte: Concursos de Projeto / Ano: 2011)

Segundo a comissão avaliadora, o projeto vencedor se destacou, principalmente, por conta do conceito de operação, o acesso independente para atletas e público, a logística do sistema de transportes, a viabilidade de execução e uma via exclusiva para estacionamento. Já no legado que o projeto deixará para a cidade, os destaques foram a preservação ambiental, a viabilidade de manutenção e a preservação da lagoa da região (IAB-RJ, 2011).

Ao analisar o projeto do Parque Olímpico, observa-se que a Vila Autódromo foi contemplada e que seu núcleo principal, protegido pela Lei Complementar nº 74/2005 que a configura como Área Especial de Interesse Social, foi conservado, tanto no projeto do *Master Plan*, aplicado durante os Jogos Rio 2016, quanto no projeto de legado posterior aos Jogos. Como descreve a AECOM (2012), o processo de planejamento do Parque Olímpico teve como objetivo principal fornecer a estrutura necessária para a realização dos Jogos, como por exemplo, o sistema de transporte, os serviços públicos e sociais, bem como a provisão de um amplo espaço aberto que serviria de suporte para a criação de um novo bairro, futuramente.



Figura 2: Proposta de urbanização da Vila Autódromo - Estudo Preliminar - Versão 2011 (Fonte: Plano Popular da Vila Autódromo / Ano: 2016)

Sendo assim, em novembro de 2011, aconteceu a oficina de diagnóstico onde foram discutidos os principais problemas do local, suas necessidades e as possíveis soluções arquitetônicas e urbanísticas que seriam propostas. O diagnóstico da primeira versão do Plano Popular da Vila Autódromo (AMPVA, 2011) é o resultado dos levantamentos de campo, realizados por moradores, pesquisadores e estudantes das áreas de arquitetura e urbanismo, planejamento urbano, assistência social, desenvolvimento econômico e social, que, com o objetivo de alcançar os desafios apontados nessa oficina, desenvolveram as seguintes atividades:

- Levantamento físico-espacial: mapeamento das áreas livres, áreas de lazer, vias, circulações, tipo de material das construções, gabarito das edificações, localização das moradias, comércios e outras atividades econômicas;
- Levantamento socioeconômico: através de um questionário básico, para identificação do número de famílias, pessoas, tempo de moradia, condições de trabalho, estudo e principais problemas; e de um questionário completo, aplicado em número menor de domicílios, que incluiu condições de ocupação, propriedade, forma de aquisição e construção da moradia, locais utilizados para atendimento de saúde, educação, comércio e lazer.

No mês seguinte, a partir da construção do diagnóstico, ocorreu a oficina de propostas, onde foram apresentadas as questões prioritárias que deveriam ser abordadas no plano urbanístico. Nessa oficina, os grupos de trabalho retomaram os principais problemas, necessidades e desafios. Com essa base, os grupos desenvolveram propostas que foram divididas em três eixos temáticos:

- Habitação e saneamento básico: áreas precárias, faixa de proteção ambiental, áreas de alagamento, barreiras para a drenagem, áreas e arranjos possíveis para reassentamento;
- Sistema de transporte, serviços públicos, lazer e cultura: problemas na travessia das vias de acesso à comunidade; propostas para o sistema viário interno à comunidade, para o acesso a serviços públicos, e maior mobilidade urbana; dificuldades de acesso a escolas, postos de saúde, áreas de lazer, centros comerciais e locais de trabalho;
- Mobilização, organização popular e comunicação: iniciativas já realizadas pelos moradores, como mutirões para obras de infraestrutura; necessidade de intensificar mutirões e a mobilização de recursos existentes na própria comunidade; necessidade de maior aproximação com moradores que não estão participando da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo; estratégias possíveis de comunicação, inclusive associadas a iniciativas culturais existentes.

A primeira versão preliminar foi aprovada em 18 de dezembro de 2011, com soluções técnicas para cada linha de estudo: habitação, saneamento, infraestrutura e meio ambiente, serviços públicos, desenvolvimento cultural e comunitário. As soluções encontradas confirmaram a viabilidade da permanência da Vila Autódromo e indicavam formas possíveis de mobilização comunitária para avançar na implantação das propostas do Plano Popular da Vila Autódromo (AMPVA, 2011). Em janeiro de 2012, foi instaurado o Conselho Popular do Plano, com o objetivo de aprofundar a discussão das alternativas para o local e ampliar o debate com os moradores para realizar as escolhas necessárias. De acordo com a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo (2013):

Foram realizadas reuniões do Conselho e assembleias de moradores entre fevereiro e março de 2012 para tomada de decisões, principalmente sobre as alternativas habitacionais e de recuperação da faixa marginal da Lagoa. Sob a coordenação do Conselho do Plano, foram organizadas comissões para começar a discutir e implementar propostas de Desenvolvimento Cultural e Comunitário, como coleta seletiva de resíduos sólidos, possibilidade de creche comunitária, e melhoria do atendimento da comunidade pela rede municipal de saúde. (...) Em 05 de agosto de 2012, os moradores em assembleia aprovaram a primeira versão do Plano Popular da Vila Autódromo. (AMPVA, 2013: p.16)

No dia 16 de agosto de 2012, moradores da Vila Autódromo e representantes do Comitê Rio Copa e Olimpíadas apresentaram o Plano Popular da Vila Autódromo, contraproposta ao projeto de remoção da Prefeitura para a área. O estudo comprova que a urbanização é opção mais vantajosa para os cofres públicos do que a remoção dos moradores já que a implantação do Plano foi orçada em R\$ 13,5 milhões, valor que corresponde a apenas 35% dos R\$ 38 milhões previstos para o reassentamento total das famílias. O lançamento oficial do Plano Popular ocorreu em frente à sede da

para iniciar remoções mais amplas. Nesses casos, a demolição de algumas casas resultava num efeito dominó em que moradores assustados desistiam um por um e comunidades inteiras, por fim, se desmantelavam.

Em dezembro de 2013, o Plano Popular da Vila Autódromo recebeu o Prêmio Internacional de Urbanismo *Deutsche Bank Urban Age Award*, premiação criada em 2007 que reconhece e celebra soluções criativas a problemas e oportunidades existentes nas cidades contemporâneas. O prêmio destaca projetos que beneficiam comunidades e residentes locais, aprimorando seus ambientes urbanos com o objetivo de incentivar cidadãos, formadores de políticas, empresas privadas e organizações não governamentais a assumirem um papel proativo em relação às dificuldades das cidades em que vivem.

A premiação é organizada pelo *Deutsche Bank* e pela *London School of Economics* e, em 2013, visava reconhecer ações bem-sucedidas na Região Metropolitana da cidade Rio de Janeiro. Dois projetos foram eleitos vencedores: o Plano Popular da Vila Autódromo e o Pontilhão Cultural, localizado no Complexo da Maré. Escolhidos por um júri independente dentre um grupo de 170 concorrentes e uma lista resumida de quatro finalistas, o Plano Popular Vila Autódromo recebeu um prêmio de U\$ 80.000. Segundo Kate Steiker-Ginzberg (2013):

A vitória do Plano Popular Vila Autódromo representa um desafio ao que Paola Berenstein Jacques chama “urbanismo hegemônico”, uma série de práticas de planejamento urbano (incluindo a encenação de megaeventos) que cada vez mais é favorável ao “corporativo, espetacular, empresarial, neoliberal”. Ela argumenta que este “urbanismo hegemônico” foi criado através de um “falso consenso” e desenhado para evitar conflitos. “Em reação direta, começamos a ver emergir, uma forma clara de resistência”, disse, citando as manifestações históricas de junho e a onda de rebelião que levou as pessoas à rua. Estes exemplos de “urbanismo conflitual” refletem uma luta mais ampla pelo direito à cidade. (STEIKER-GINZBERG, 2013: s.p.)



Figura 4: Proposta de urbanização da Vila Autódromo - Versão 2016 (Fonte: Plano Popular da Vila Autódromo / Ano: 2016)

“O ano olímpico começa na Vila Autódromo com uma resistência forte de 50 famílias que não aceitam nenhum tipo de negociação para abrir mão de seus direitos” (AMPVA, 2016: p.23). A versão mais recente do Plano Popular da Vila Autódromo, apresentada no início de 2016, ajusta cada programa e cada projeto de acordo com o andamento do conflito existente na região. O Plano Popular foi atualizado para refletir as demolições que ocorreram na Vila Autódromo, projetando 50 lotes para moradores que escolheram ficar na comunidade e que não têm interesse em negociar uma indenização com a Prefeitura. Além da construção de uma nova Associação de Moradores, o plano propõe a restauração do jardim da comunidade, uma creche comunitária, um espaço multiuso para realização de eventos na comunidade, um pequeno parque, e a expansão de um sistema de esgoto e drenagem.

No que diz respeito à questão habitacional, a principal demanda de projeto foi a locação das novas moradias para atender as famílias atingidas pelas obras relacionadas à construção do Parque Olímpico que reivindicaram o reassentamento na Vila Autódromo. Além disso, era preciso realizar os reparos nos danos causados no sistema de infraestrutura urbana durante as demolições, a reestruturação das vias respeitando as edificações existentes e a destinação de áreas para usos comunitários e institucionais - como a associação de moradores, a creche comunitária, o espaço multiuso, o centro cultural e a igreja - e de áreas de lazer - como praças e parques.



Figura 5: Lançamento do Plano Popular da Vila Autódromo (Fonte: Medium / Ano: 2016)

O lançamento oficial, no dia 27 de fevereiro de 2016, contou com a presença de cerca de 250 pessoas, moradores e ex-moradores, parte da equipe técnica que contribuiu com o desenvolvimento do Plano Popular Vila Autódromo - Carlos Vainer, economista e professor do IPPUR/UFRJ, e Regina Bienenstein, arquiteta e urbanista e professora do NEPHU/UFF -, estudantes, apoiadores da luta da Vila Autódromo e a imprensa nacional e internacional. O evento aconteceu em uma semana de tensão na Vila Autódromo, com a demolição da Associação de Moradores e da casa da Sra. Heloisa Helena e a ameaça de remoção da casa da Sra. Maria da Penha, lideranças comunitárias.

No final do evento, os ativistas fizeram chamadas para que os apoiadores mantivessem a presença na Vila Autódromo, enfatizando a importância de manter a vigília com o objetivo de evitar as remoções arbitrárias na comunidade. Os moradores e apoiadores tentaram deter ao máximo a remoção da casa de Maria da Penha, um local-chave de resistência, colocada sob uma ordem de demolição no final de fevereiro. A exibição de apoio no evento do lançamento do Plano Popular Vila Autódromo renovou a esperança dos moradores resistentes da Vila Autódromo.

Na semana seguinte, no dia 05 de março de 2016, aconteceu na Vila Autódromo, localidade escolhida em apoio à realização do Plano Popular, a comemoração do lançamento, no Rio de Janeiro, do livro de Raquel Rolnik no Rio de Janeiro, arquiteta e urbanista e professora da FAU/USP, “Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças” (2015). O evento contou com a presença de aproximadamente 100 pessoas para receber a autora, que começou seu discurso relatando que “não é todo autor de livro, não é todo professor, não é todo pesquisador

que tem o privilégio de poder lançar o seu livro exatamente no lugar e na situação sobre a qual o livro está falando” (ROLNIK *apud* ROBERTSON, 2016: s.p.).

O principal argumento do embasamento teórico que permeia “Guerra dos lugares” (2015) é que atualmente existe um fenômeno global de apropriação de terras ganhando espaço com terras sendo tomadas arbitrariamente, para que possam servir de suporte para mercados financeiros privados e para o acúmulo de capital imobiliário. Para a autora:

Nós estamos falando de um processo de ocupação do espaço e de construção do espaço que não tem nada a ver com a necessidade das pessoas. Que não tem nada a ver com o que as pessoas precisam para viver individualmente e coletivamente, com as necessidades de moradia, com as necessidades de uso dos espaços públicos, com as necessidades das atividades econômicas. Tem a ver única e exclusivamente com as oportunidades de capturar mais lugares onde o capital financeiro pode encontrar maneiras de investir para poder gerar mais rentabilidade para si mesmo. (ROLNIK *apud* ROBERTSON, 2016: s.p.)



Figura 6: Lançamento do livro "Guerra dos lugares" - Raquel Rolnik (FAU/USP) - Vila Autódromo (Fonte: Karyne Maranhão / Ano: 2016)

Raquel Rolnik concluiu seu discurso observando que ainda há esperança para combater a desigualdade e demais problemas sociais, em linhas gerais, especialmente através da passagem de conhecimento e experiência para as gerações mais jovens e, principalmente, continuando a luta e a resistência. Como descreve a autora, “o futuro já está aqui, o futuro está aqui através das resistências, o futuro está aqui por esta solidariedade”, se referindo à luta pelos direitos humanos e à luta contra as remoções autoritárias incididas na Vila Autódromo (ROLNIK *apud* ROBERTSON, 2016: s.p.).



Figura 7: Demolição da casa de Maria da Penha e família - Vila Autódromo (Fonte: Yasuyoshi Chiba - El País / Ano: 2016)

No dia 8 de março de 2016, antes das 10h da manhã, ocorreu a demolição de mais três casas, uma delas de Maria da Penha, moradora da Vila Autódromo desde o início da década de 1990 e uma das principais e mais representativas lideranças da comunidade. A remoção ocorreu no mesmo dia em que a líder comunitária foi homenageada como símbolo da resistência da Vila Autódromo na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no Dia Internacional da Mulher. Maria da Penha e sua família, convictos da permanência na comunidade, ficaram hospedados, temporariamente, na igreja localizada no interior da Vila Autódromo, juntos com outras quatro famílias.

Não coincidentemente, nesse mesmo dia, a Prefeitura anunciou o prometido e muito postergado Plano de Urbanização da Vila Autódromo. Com custo estimado em R\$ 3,5 milhões de reais, o projeto de reurbanização da comunidade previa a construção de cerca de 20 casas comunidade. De acordo com o Plano, as residências teriam dois quartos e quintal e seriam destinadas aos moradores que optaram por ficar na Vila Autódromo mesmo após as propostas de reassentamento feitas pela Prefeitura.



Figura 8: Proposta de urbanização da Vila Autódromo – Implantação (Fonte: Plano de Urbanização da Vila Autódromo / Ano: 2016)

Além disso, o Plano de Urbanização elaborado pela Prefeitura previa a urbanização da Rua Nelson Piquet, que corta a comunidade, e a construção no local de duas unidades educacionais, construídas com a estrutura da arena olímpica de handball, após o término dos Jogos Rio 2016. A previsão era de que as obras da via principal e das casas ficariam prontas até o início dos Jogos Olímpicos, cinco meses após a divulgação do Plano.

A entrega das chaves das novas residências às 20 famílias que permaneceram na Vila Autódromo estava prevista para o dia 26 de julho de 2016, porém, ao chegar ao local, moradores e membros da Defensoria Pública constataram que as obras no entorno das edificações, como pavimentação, sistema de esgotamento sanitário e iluminação pública não haviam sido concluídas.



Figura 9: Sra. Maria da Penha Macena na entrega das chaves (Fonte: Jornal Extra / Ano: 2016)

Segundo a EBC Agência Brasil (VIEIRA, 2016), as demais famílias aceitaram a indenização oferecida pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ou aceitaram em troca de sua residência um apartamento no condomínio Parque Carioca do Programa Minha Casa Minha Vida, na Estrada dos Bandeirantes, cerca de três quilômetros de distância da Vila Autódromo. Segundo Igor Leoni (2016):

Construído para acomodar os moradores removidos da Vila Autódromo e custando R\$105 milhões, o Parque Carioca tem sido amplamente utilizado pela administração do Prefeito Eduardo Paes como um modelo exemplar do Programa Minha Casa Minha Vida. No entanto, muitos moradores da Vila Autódromo resistiram durante muito tempo ao transplante de sua comunidade para este complexo habitacional público e as condições não refletem a retórica da administração municipal. (LEONI, 2016: s.p.)

Os moradores da Vila Autódromo foram retirados de suas casas com a promessa de uma melhoria no padrão de vida a partir das moradias providenciadas pela administração do prefeito Eduardo Paes (2009-2016). Os numerosos vídeos promocionais e as visitas chamativas empreendidas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para atrair os moradores não refletem a atual realidade no Parque Carioca, um complexo habitacional mal executado e sem manutenção que reflete e repete a falha de outras iniciativas políticas da mesma administração, como por exemplo, o Programa Morar Carioca.

Enfim, no dia 29 de julho de 2016, foram entregues as 20 casas, com aproximadamente 60 m² cada, dois quartos, sala, cozinha, banheiro e espaço externo para garagem e quintal. Porém, as edificações foram entregues com diversos defeitos

de acabamento, assim como a Vila dos Atletas - instalação de alto padrão a poucos quilômetros de distância. Algumas casas tinham a laje selada, pedaços de ferragem largados nos quintais, esquadrias de janelas desreguladas, grama queimada etc.

O processo de resistência dos moradores, em aliança com organizações da sociedade civil, é responsável por mudanças na quantidade de remoções, na qualidade dos reassentamentos em algumas comunidades e nas opções de compensações por perdas das moradias. Sobre esse tipo de movimento popular, cabe lembrar o que sublinha Luciana Andrade (2013):

Exponho a questão habitacional na perspectiva de formas de morar, ou mais precisamente na solução habitacional - casa, bairro, cidade - (re)inventada pelos pobres, numa comprovação do seu potencial para fazer a cidade e resistir à (anti) cidade que os nega. De fato, na história de sua ação, emudecida pelos poderes que os rejeitam, eles - a quem são impostas condições materiais e simbólicas precárias de existência - revelam intensa participação na construção da cidade. (ANDRADE, 2013: p.62).

Os moradores da Vila Autódromo, organizados, resistiram à remoção, buscaram meios de garantir seu direito à moradia e lutaram pela permanência na área e pela urbanização neste espaço que ajudaram a construir. Mas entre a informalidade na produção da moradia e a perspectiva de melhorias na infraestrutura urbana dos assentamentos mais pobres da cidade, “o desafio é conceber, com a população, espaços de qualidade que assim sejam e se mantenham apropriados” (ANDRADE, 2013: p.67).

2 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos foram os métodos utilizados para dar visibilidade às remoções, entre eles: manifestações, documentação das violações em dossiês, realização de denúncias, divulgação em veículos da imprensa internacional e em mídias alternativas, redes sociais, entre outros. Em consequência da ampla divulgação da ação arbitrária do poder público, notou-se uma atenuação das violações de direitos e situações de violência contra os moradores de áreas atingidas pelas remoções olímpicas.

Contudo, as vitórias, ainda que parciais, reforçam a importância dos movimentos de resistência frente à mercantilização da cidade e da moradia promovida pela “governança urbana empreendedora neoliberal” (CASTRO; NOVAES, 2015: p.86) em benefício dos grandes eventos na cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, no caso da Vila Autódromo, para além da luta política pelo direito à cidade e à moradia, o movimento de união e resistência simbolizou a luta pelo direito à permanência, através da conquista dos lugares onde seus habitantes lutaram por décadas.

Do total de 550 famílias que viviam na Vila Autódromo, apenas 20 conquistaram o direito de permanência depois da urbanização realizada pela Prefeitura da Cidade

do Rio de Janeiro. Cerca de 400 famílias foram realocadas em apartamentos no condomínio Parque Carioca, na Estrada dos Bandeirantes, Zona Oeste da cidade. Ex-moradores entrevistados pela EBC Agência Brasil reclamam do processo conduzido pela Prefeitura, dizem que as promessas não foram cumpridas, que os apartamentos são pequenos para o tamanho das famílias, consideram a negociação injusta e dizem que sofreram pressão psicológica para aceitar qualquer tipo de acordo. Segundo Regina Bienenstein (2016):

Na história da evolução urbana, o capital imobiliário vem comandando o uso e a ocupação do solo. Com um megaevento, isso se acirra. É o que está acontecendo na Barra. É não 'contaminar' o espaço com uma população de trabalhadores que, na verdade, chegou lá muito antes de qualquer família de classe média ou média alta, antes de qualquer condomínio. E agora os condomínios não os querem perto, para não desvalorizar os imóveis, como se os trabalhadores não tivessem o direito de usufruir as benfeitorias e os bônus da vida urbana. (BIENENSTEIN, 2016: s.p. *apud* NITAHARA, 2016: s.p.)

Apesar do número pequeno de famílias resistentes, em março de 2016, a Prefeitura apresentou o Plano de Urbanização da Vila Autódromo (2016). Além da construção de 20 novas habitações, o referido plano previu a implantação de duas unidades educacionais municipais, erguidas a partir do desmonte da Arena do Futuro, após a realização dos Jogos Olímpicos. O Coordenador do Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, João Helvécio de Carvalho, em entrevista para a EBC Agência Brasil, considerou o acordo da Vila Autódromo uma vitória que marca um novo paradigma na relação das comunidades com a prefeitura. Para João Helvécio de Carvalho (2016):

A expressão quantitativa pode parecer que foi uma derrota, mas, pelo contrário, ela significa que as pessoas podem resistir. Apesar de todo tipo de trauma que eles sofreram, o resultado é satisfatório e isso mostra para outras comunidades, para outras pessoas, que vale a pena quando você tem fundamento legal e justo para a sua demanda. Vale a pena você insistir na defesa daquilo que você estabelece como prioridade, no caso, a moradia digna em um ambiente consolidado de 40 anos de permanência, com direito previsto na legislação apontando para a urbanização e a regularização fundiária. (CARVALHO, 2016: s.p. *apud* NITAHARA, 2016b: s.p.)

A vitória da Vila Autódromo contra a arbitrariedade do poder público em serviço dos megaeventos aconteceu mesmo contra todas as probabilidades e serve como inspiração para outras comunidades que enfrentam remoções, não apenas na cidade do Rio de Janeiro. Essa vitória também serviu para fortalecer os protestos contra impactos severos dos Jogos Olímpicos nas cidades-sede e mostra que quando as pessoas são determinadas e organizadas, mesmo enfrentando os interesses imobiliários e no contexto de um estado de exceção proporcionado pelos megaeventos, tudo é possível.

REFERÊNCIAS

AECOM. **2016 Rio Olympic and Paralympic Games**. Disponível em: <<http://www.aecom.com/br/projects/2016-rio-olympic-paralympic-games/>>.

AMPVA. **Plano Popular da Vila Autódromo - Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural (1 ed.)**. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ / UFF, 2011.

AMPVA. **Plano Popular da Vila Autódromo - Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural (2 ed.)**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ / UFF, 2013.

AMPVA. **Plano Popular da Vila Autódromo - Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural (3 ed.)**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ / UFF, 2016.

ANDRADE, L. Tantos Tetos e tantos sem-teto. In: **Reverso de um espetáculo urbano - Desafios e perspectivas para uma arquitetura habitacional popular**. Rio de Janeiro: Casa 8 - PROURB, 2013.

CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. Empreendedorismo urbano no contexto dos megaeventos esportivos: impactos no direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. In: CASTRO, D. G. (Ed.). **Rio de Janeiro: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. p. 172.

IAB-RJ. **Resultado - Concurso Internacional para o Parque Olímpico - Rio 2016**.

LEONI, I. **A realidade dos moradores do Parque Carioca após reassentamento da Vila Autódromo**. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=20108>>.

NITAHARA, A. **Vida removida: A luta pela permanência na Vila Autódromo**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/vida-removida-luta-pela-permanencia-na-vila-autodromo>>.

NITAHARA, A. **Famílias da Vila Autódromo comemoram “vitória da resistência” com reurbanização**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/familias-da-vila-autodromo-comemoram-vitoria-da-resistencia-com>>.

PCRJ. **Plano de Urbanização da Vila Autódromo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura - Imprensa da Cidade, 2016.

ROBERTSON, D. **Raquel Rolnik lança o livro “Guerra dos Lugares” na Vila Autódromo**. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=18710>>.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

STEIKER-GINZBERG, K. **Plano Popular da Vila Autódromo recebe prêmio “Urban Age” do Deutsche Bank**. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=9595>>.

VIEIRA, I. **Adiada a entrega de casas da nova Vila Autódromo, removida para a Olimpíada**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/rio-2016/noticia/2016-07/adiada-entrega-de-casas-da-nova-vila-autodromo-removida-para-olimpiada>>.

WILLIAMSON, T. **Nem todos têm um preço: Intimidação e virada crucial na luta da Vila**. Disponível em: <<http://rioonwatch.org.br/?p=30699>>.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-447-4

